

Elementos para a redefinição de um objecto de estudo complexo: O caso da zona oriental portuense

*Paula Guerra*¹

Resumo

Neste âmbito, pretendemos abordar os principais eixos de redefinição do objecto de estudo do urbano tomando em consideração a realidade existente na cidade do Porto e concretamente, na sua parte oriental, retomando, desta forma, alguns dos resultados de um estudo levado a cabo na década de 90. É traço comum de toda a estrutura social o constante movimento dos seus elementos, ocasionando processos de recomposição incessantes, e nessa medida, a estrutura urbana não escapa a esse movimento de devir constante. Situamo-nos numa linha que tende a considerar *a cidade como complexa e não só como complicada*, postulando que ela funciona tendo na base lógicas e racionalidades múltiplas eventualmente contraditórias; formando um sistema aberto. Assim, propor-mo-nos abordar as dimensões de recomposição social e espacial do tecido urbano portuense que possam contribuir para um debate esclarecedor acerca da definição de um objecto de estudo pautado por contornos cada vez mais indefinidos, mas crescentemente complexos e importantes do ponto de vista de uma intervenção mais consistente em termos de planeamento urbano.

Nesta comunicação, iremos dar particular relevância a alguns marcos históricos da urbanização portuense desde meados do século XIX até à época de construção do Bairro camarário do Cerco do Porto, no sentido de demonstrar a importância correlacionada de dois fenómenos sociais. Por um lado, tentaremos demonstrar a importância do processo de industrialização na estruturação do espaço urbano portuense e por outro, a saliência da questão habitacional com a face mais visível do processo de urbanização e industrialização da cidade do Porto e da sua zona oriental. Estes dois aspectos intimamente interrelacionados afiguraram-se, no quadro da nossa pesquisa, como fundamentais para uma maior compreensão do nosso objecto de estudo como espelho de uma diacronia e que parte de um todo que é uma estrutura urbana que exprime a existência de clivagens sociais e ao mesmo tempo, o dinamismo social inerente a cada sociedade e a cada época.

Ao analisarmos deste modo a questão, situamo-nos dentro do entendimento de que a habitação é um «problema de cidade» na medida em que grande parte dos habitantes dela não têm capacidade de acesso à propriedade residencial, mas simultaneamente, é também um «problema urbano», pois remete-nos para o historial do processo de urbanização.² Em termos de opção de abordagem, iremos optar por uma breve incursão histórica, assumindo claramente a sua importância só em termos de enquadramento analítico.

Considerando a industrialização como factor determinante no processo de urbanização portuense, teremos sempre que salientar que esse determinismo não é exclusivo, pois que, a cidade como fenómeno social, cultural, económico e político é anterior à indústria. A assunção que tomamos aqui pende-se directamente com o facto de a industrialização ter amplificado, ou

¹ Socióloga, docente do curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Seguimos a conceptualização feita a este respeito por Luís V. Baptista, *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora, 1999, p. 7.

transmutado mesmo, o processo de urbanização, dando-lhe novas facetas, novas formas e novos conteúdos.³

Admitimos, neste ponto, que a industrialização no século XIX foi um factor fundamental no processo de urbanização. Sendo preciso lembrar a este propósito que essa determinação se prende sobretudo com o urbano e não com a cidade, porque esta, enquanto fenómeno social, precede a industrialização. Neste âmbito, podemos mesmo dizer com Henri Lefebvre que “a industrialização caracteriza a sociedade moderna. (...) A industrialização fornece o ponto de partida de reflexão sobre o nosso tempo”, pela sua centralidade na mudança dos quotidianos e das simbologias, mas a cidade “(...) pré-existe à industrialização” já que “as criações urbanas mais eminentes, as obras mais belas da vida urbana datam de épocas anteriores à industrialização.”⁴ Actualmente, a cidade não corresponde à industrialização, na medida em que esta está fora do seu perímetro, o que não implica que a multiformidade urbana vivida na sociedade actual não dependa daquela e das suas sucessivas inscrições espaciais.

Em meados do século XIX, a cidade do Porto conheceu de forma contundente uma grande eclosão de desenvolvimento industrial. Essa situação levou a um crescente aumento do êxodo rural para dentro da malha urbana portuense e a consequente construção de alojamentos capazes de albergar toda essa população, como é bem atestado por François Guichard: “à volta da Baixa estende-se uma auréola de novas construções principalmente destinadas ao alojamento dos «recém-chegados» e que tomam a forma de pequenos edifícios, de «barracas» e sobretudo de «ilhas».”⁵

A industrialização reconfigura assim, o espaço urbano portuense, dando-lhe novas formas de povoamento e de ocupação do espaço⁶, bem como, novos modos de vida urbanos ou, por outras palavras, novas formas de viver da e na cidade: A partir de meados do século XIX, a cidade tradicionalmente comercial passa a sofrer um rápido processo de industrialização. “A partir de 1875, o número de fábricas multiplicou-se a um tal ponto que Oliveira Martins a qualificou então como «cidade fabril», referindo, em 1888, que a população operária do Porto representava «meia cidade». Como consequência destes fenómenos demográficos e económicos, o tecido urbano do Porto expandiu-se e desintegrou-se: “surgiram as ilhas, onde se acumularam penosamente as gentes humildes e os operários. No fim do século, o Porto tinha 1048 «ilhas», contendo 11 129 habitações, nas quais viviam cerca de 50 000 pessoas.”⁷

Na cidade do Porto industrializada, as desiguais capacidades e formas de apropriação do espaço vivenciado e habitacional acentuam-se, sendo de referir as «ilhas», tipo de habitação destinado a servir de alojamento às camadas mais pobres da população ligadas ao sector industrial e portadoras de uma experiência recente de migração rural. Em termos de estruturação do espaço urbano, as «ilhas» correspondiam a um intenso esforço de controlo do consumo das classes trabalhadoras por parte dos patrões capitalistas; assim, estes últimos podiam através dessas construções inaugurar uma unidade espacial muito proveitosa, já que nessa unidade, o espaço de produção e o espaço de consumo das classes operárias se reunia, tendo como objectivos claros um aumento dos níveis de acumulação capitalista.

³ Tal como já tínhamos observado noutra situação; Vd., Paula Guerra, “Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade?”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, vol. II, 1992, pp. 145-175.

⁴ Henri Lefebvre, *Le Droit à la Ville*, Paris, Éd. Anthropos, 1968 e 1972, p. 11.

⁵ François Guichard, “L’Evolution Recent de Porto”, in *Actes du Colloque Interne du GIS*, Paris, CNRS, 1982, p. 15.

⁶ Dessas novas formas nos dá conta Alberto Pimentel na sua obra *O Porto Ha Trinta Anos*, Porto, Livraria Universal, 1893.

⁷ Partido Socialista, *Porto, Pensar a Cidade - Candidatura de Fernando Gomes à Câmara Municipal do Porto*, Porto, Partido Socialista, 1993, p. 11. Em 1851, podemos dizer com Manuel C. Teixeira que “aumentou o número de oficinas e de fábricas, bem como o número de habitantes da cidade. Entre 1838 e 1864 a população do Porto aumentou 46%, uma taxa de crescimento mais elevada do que o crescimento natural da população. Isto era devido à imigração para a cidade, que o crescimento industrial do Porto havia, em parte, gerado”, in “A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro”, in *Análise Social*, Vol. XXIX, nº 127, p. 557.

Em termos tipológicos, as «ilhas» assumiam a forma de casas pequenas construídas fundamentalmente na retaguarda das habitações dos industriais, cujo acesso ao exterior, à «cidade visível», era feito através de um corredor estreito construído debaixo das casas que estavam de frente para a rua.⁸ Posteriormente, foram realizadas algumas intervenções que tornaram as habitações das «ilhas» independentes das habitações burguesas, e “estas tipologias foram sistematicamente empregues em zonas mais ou menos extensas da cidade, quer em situações de interior de quarteirão, quer à face da rua, tornando-se assim zonas de habitação exclusivamente operária.”⁹ Traço comum é o da sua precariedade enquanto espaços de habitação: “no Porto, onde a indústria chegou mais cedo do que a Lisboa, as condições de alojamento das classes trabalhadoras são extremamente precárias. No final do século passado, cerca de 120000 habitantes – cerca de metade da população da cidade – amontoam-se nas célebres «ilhas».”¹⁰

Paralelamente, a segunda metade do século XIX correspondeu no Porto a uma época de crescimento muito forte da população, sendo de destacar sobretudo o período que medeia 1878 e 1890, e que corresponde a um aceleração do desenvolvimento industrial.¹¹ Ao longo deste período a população nas freguesias centrais manteve-se estável, dadas as altas densidades já atingidas nas décadas anteriores e a grande sobre ocupação que aí se verificava. Esta nova população estabeleceu-se principalmente nas freguesias periféricas do Bonfim, Campanhã, Sto. Ildefonso, Cedofeita e Massarelos. Por volta de 1890 as principais áreas industriais do Porto localizavam-se nestas freguesias, e foi nestas mesmas áreas, em estreita relação com a sua ocupação industrial, que a maior parte das «ilhas» foram construídas neste período.¹² A exemplo de Lisboa, a indústria foi-se implantando em zonas que ofereciam vantagens em termos de transporte “tanto pela sua proximidade ao rio, como ao caminho de ferro, como ainda em áreas que beneficiavam da instalação dos «tramways», casos de Bonfim, Massarelos e Lordelo do Ouro, as zonas industriais mais importantes do século XIX.”¹³

Assim, a partir da segunda metade do século XIX, os problemas de alojamento das classes operárias no Porto começam a tornar-se alarmantes, não passando despercebidos para os poderes responsáveis pela cidade. Em 1932, Ezequiel Campos salienta que: “à dispersão das fábricas, corresponde a dispersão das «ilhas» (...). A «ilha» é o arranjo local característico das gentes menos abastadas da Cidade - de Campanhã à Foz; de toda a beira-rio a quasi toda a estrada da Circunvalação. Invade Matosinhos e Gaia. Alastra-se na periferia do Porto. Dos próprios motivos por que perdura se infere que há de ser difícil eliminá-la. Só pelos bairros populares em em condições normais e pelo arrasamento obrigatório se poderá corrigir, como urge, a habitação de uma parte da gente do Porto. E não deixar construir mais nenhuma.”¹⁴

De facto, podemos dizer que se inicia nesta época a inauguração de uma «nova questão» social da habitação amplificada pelas más condições de habitabilidade e salubridade das «ilhas», mas que no fundo, remete para uma problemática mais ampla que se prende com as condições de habitação e de vivência do operariado na cidade do Porto em inícios do século XX. Assim, as elevadas taxas de mortalidade e o escalonamento de uma série de epidemias associadas a estas habitações¹⁵ levaram à realização de análises mais detalhadas às condições de vivência nas «ilhas», das quais se destacam o *Inquérito Geral às «ilhas»* levado a cabo em 1936 e o *Inquérito*

⁸ Cf. Manuel C. Teixeira, “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «ilhas» na cidade do Porto”, in *Sociedade e Território*, nº 2, 1985.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 76.

¹⁰ Fernando Gonçalves, “A mitologia da habitação «social» - o caso português”, in *Cidade/ Campo – Cadernos da Habitação ao Território*, nº 1, 1978, p. 25.

¹¹ . Manuel C. Teixeira, “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «ilhas» na cidade do Porto”, p. 77.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 77.

¹³ Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal, Porto*, Ed. Afrontamento, 1992, p. 95.

¹⁴ Ezequiel Campos, *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1932, p 3 e p. 34.

¹⁵ Manuel C. Teixeira, “As estratégias de habitação em Portugal, 1880 – 1940”, in *Análise Social*, Vol. XXVII, nº 115, 1992, p. 73.

às «ilhas» de S. Vítor, tidas estas últimas como as detentoras de piores condições no conjunto da cidade.

Assim, se inicia um largo debate no sentido de colmatar todas as dificuldades e problemas com que se debatiam os habitantes das «ilhas». Uma das questões que se levanta prende-se com a análise das limitações dos financiamentos privados em matéria de resolução do problema habitacional, o que também implica que “não se está todavia prestes a aceitar ou a apoiar que o Estado tome a seu inteiro encargo tal iniciativa. Os que encaram esta eventualidade, repudiam-na logo de seguida como inaceitável. (...) o estado deverá, por conseguinte, limitar-se a estimular a iniciativa privada.”¹⁶ Deste modo, as iniciativas da autarquia vão ser pouco significativas limitando-se a dar apoio às iniciativas de construção do «Comércio do Pedral» (26 casas), ao Bairro de Lordelo (29 casas), ao Bairro do Bonfim (40 casas) e à realização entre 1914 e 1947, por impulso de determinações de política nacional, de quatro «colónias operárias», a Colónia de Antero de Quental, a Colónia de Estevão de Vasconcelos, a Colónia Dr. Manuel Laranjeira e a Colónia Viterbo Campos. Simultaneamente, a iniciativa privada também não parece demonstrar efectivas capacidades de resolução do problema habitacional, na medida em que “só raros padrões de algumas fábricas têxteis se preocuparam com a construção de casas operárias e somente a partir do século XX: a empresa Azevedo Soares e Cia. Que construiu, em 1921, 41 casas nas proximidades da sua fábrica na Areosa; os bairros ligados à Cia. Industrial de Salgueiros e as Fiações Jacinto (Bairro Toninha) não são, de facto, outra coisa senão verdadeiras «ilhas», apenas ligeiramente melhores.”¹⁷

Outra ordem de discussão iniciada em torno das condições de habitabilidade nas «ilhas» operárias e que se prende na determinação da tipologia mais ou menos adequada das habitações das classes operárias. Apesar das crescentes dificuldades de espaço para construção, ainda impera a lógica e o princípio da moradia familiar isolada porque “evita (...) a promiscuidade, física e socialmente perigosa (...) seria propícia ao reforço da ordem social pelo acesso à propriedade e pela reconsolidação da instituição da família (...) permitia manter os salários baixos; basta que se lhe acrescente um pequeno jardim «ao ar puro» onde a família cultive os seus legumes para que tal seja deduzido do custo necessário à reprodução da força de trabalho e aumente simultaneamente a sua mais valia.”¹⁸ Estes postulados inscrevem-se ainda dentro da política habitacional do Estado Novo apologista, como sabemos, da casa individual por razões económicas, sociais, culturais e políticas, como bem salienta Guilherme de Azevedo: “convém fugir do tipo de cada colectiva (...) devendo preferir-se normalmente o tipo de casa individual ou familiar. Nestas condições a casa será sistematicamente rodeada de uma porção de terreno, destinada a horta e criação de aves nas traseiras, e a jardim de lado da rua. Isto terá a vantagem de entreter os seus ocupantes, de favorecer a sua economia e de os subtrair às poeiradas de trânsito; e ao mesmo tempo de aformosear as povoações.”¹⁹

Com efeito, o Estado Novo desenvolveu programas e regimes destinados à promoção de bairros de renda limitada e de renda económica, principalmente nas cidades de Lisboa e Porto: as «casas económicas», as «casas para famílias pobres», as «casas para pescadores» e as «casas para funcionários públicos», etc.. Na perspectiva de A. Fonseca Ferreira, a “acção do Estado visou a utilização da casa como instrumento privilegiado de “defesa da instituição familiar” e de “conservação da «ordem social existente»”. Com efeito, pode dizer-se que a política de habitação neste período visou basicamente «objectivos políticos e ideológicos» (normalização social e familiar, afirmação da capacidade realizadora do regime e do seu providencialismo social).”²⁰

Se estas eram as orientações gerais em Portugal no tocante à política de habitação, no estrangeiro, e a partir dos anos 30, os postulados de Le Corbusier começaram a ganhar um

¹⁶ Marielle Gros, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Porto, Ed. Afrontamento, 1982, pp. 91-92.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 99.

¹⁸ Marielle Gros, *Op. Cit.*, p. 103.

¹⁹ Guilherme de Azevedo, *Os Problemas da Habitação em Portugal e noutros Países – inquilinato e construção*, Lisboa, Livraria Renascença, 1928, p. 109.

²⁰ António Fonseca Ferreira, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento, 1987, p. 56.

grande número de adeptos. Le Corbusier é um ardente apologista do edifício de blocos em detrimento da moradia unifamiliar.²¹ Este arquitecto defende a chamada «estética do bloco» e um zonamento especializado da organização urbana, como já referimos no Capítulo 1.

Em 1940, a cidade ocupa gradualmente espaços intersticiais generalizando o urbano ao território da cidade, quer através do desenvolvimento de loteamentos residenciais na Boavista, na Foz e nas Antas, através da construção de zonas industriais específicas, como é o caso de Ramalde, quer através da construção de bairros “onde se vêm alojar os novos chegados à cidade, assim como também os ocupantes dos imóveis degradados e das «ilhas» insalubres do centro.”²²

Antes de 1950 a autarquia não podia, obviamente, ignorar a calamidade vivenciada nas «ilhas» e noutras formas de habitação insalubre que caracterizavam o Porto, pois tinha pela frente um contexto urbano em que “as «ilhas» eram de longe mais numerosas entre os bairros que envolvem aqueles que constituem o centro tradicional (Sé, S. Nicolau, Vitória, Miragaia), formando uma coroa a partir dos bairros mais próximos do centro, Cedofeita e Sto. Ildefonso, cercada a leste e a norte por um semi-círculo representando a mais forte densidade: Bonfim, Campanhã, Paranhos; a oeste, tradicionalmente mais residencial, o outro semi-círculo conta já, nitidamente, com menos número de «ilhas»: Ramalde, Lordelo; enquanto que os bairros mais ocidentais comportam menos ainda: Foz e Nevogilde.”²³

Na análise das grandes fases da questão habitacional no tecido urbano portuense, podemos considerar que o período que decorre entre 1959 e 1966 coincide com uma fase de crescimento industrial. Este reforço industrial é acompanhado por um ideal de concentração do capital que precisa de controlar cada vez mais os espaços e a sociedade para se consolidar. Desta forma, os ideais de construções populares do tipo moradia unifamiliar começam a perder terreno em favor de uma lógica construtiva mais rentável e que tinha como horizonte o bloco de casas. Em 1950, efectivaram-se alguns melhoramentos de alcance modesto na habitação popular, não resolvendo portanto as grandes problemáticas que trespassavam o alojamento operário na cidade.

A iniciativa mais consolidada de intervenção na cidade aconteceu em 1956 através do impulso de Machado Vaz que lançou o *Plano de Melhoramentos Para a Cidade do Porto*²⁴ que aposta sobretudo em dois tipos de empreendimentos: a destruição e remodelação das «ilhas» e a construção de novos alojamentos para a classe operária. Digamos que este Plano de Melhoramentos, concretizou no quadro da cidade do Porto, a primeira aposta estruturante em termos de política de habitação, pois englobou um conjunto de medidas adoptadas e postas em acção por parte da autarquia, com o apoio do poder central, tendo como objectivo a sustentação de um equilíbrio sempre precário entre a procura e a oferta da habitação.²⁵ Em termos de marca de viragem da política municipal face ao problema da habitação, o *Plano de Melhoramentos* identifica-se, pela primeira vez, com uma abordagem de fundo e globalizante do fenómeno, partindo de um diagnóstico fundamentado acerca das lacunas existentes, estipulando uma meta objectiva de concretização das suas intenções (construção de 6000 fogos de habitação).

Este Plano concretiza as directivas do *Plano de Salubrização das «ilhas» do Porto*²⁶ onde se denuncia que as «ilhas», na generalidade, se caracterizam por configurar um conjunto de casas dispostas em fila onde o sol tem dificuldade em entrar, pautadas pela inquinação do solo e da atmosfera, sendo compostas na realidade só por três divisões: sala, alcova e cozinha. Indo mais longe, o Plano de Melhoramentos assinala que: “Na Cidade do Porto o fenómeno, ligado directamente ao desenvolvimento da indústria, revestiu carácter específico e apresentou-

²¹ Le Corbusier, *Maneira de Pensar o Urbanismo*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1969.

²² François Guichard, *L'Evolution Recente de Porto*, Paris, Colloque Interne du GIS, 1982, p. 16.

²³ Marielle Gros, *Op. Cit.*, Porto, Ed. Afrontamento, 1982, p. 183.

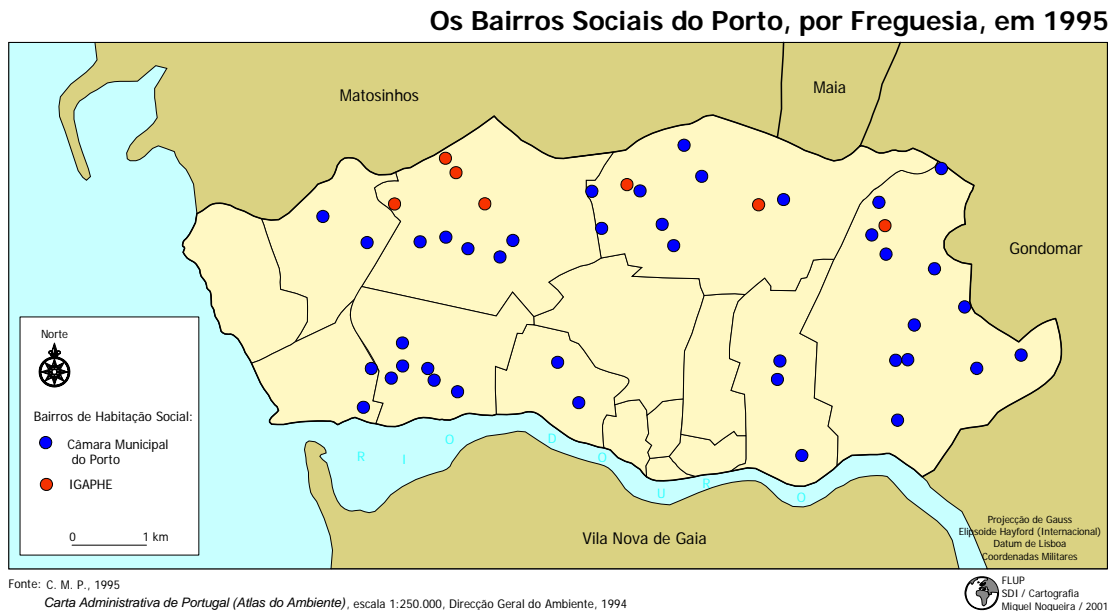
²⁴ Ministério das Obras Públicas, Decreto-lei n.º 40 616, de 28 de Maio de 1956.

²⁵ Vd. Júlio Dias, “Tendências das políticas europeias quanto aos modelos de habitação social”, in *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994, pp. 91-100.

²⁶ Apresentado ao poder central por parte da autarquia em 1956.

se sob a forma das horríveis «ilhas», escândalo tanto mais gritante quanto incompatível com os sentimentos humanitários dos portuenses.”²⁷

Figura 1. Bairros sociais no Porto, por freguesia, em 1995



Assim, e considerando o diagnóstico apurado feito nesse documento, foram construídos entre 1956 e 1966, sob a égide da autarquia e com apoio do poder central, 6 072 fogos em treze bairros espalhados pela cidade: Bom Sucesso, Pio XII, Carvalhido, Pasteleira, Outeiro, Agra do Amial, Carrçal, Fernão de Magalhães, S. Roque da Lameira, Fonte da Moura, Cerco do Porto, Regado e Engenheiro Arantes de Oliveira. Esta orientação política, para além de deslocar a população das «ilhas», visava, numa lógica claramente assistencial, enquadrar estas populações dentro de uma moral e de um espaço controlável como atesta o seguinte extracto: “em todos os bairros está prevista a edificação de centros sociais ou a adaptação de casas a esse fim, onde além da assistência moral e material se estabelecem secções culturais e até recreativas que desviem da rua ou de locais inconvenientes a juventude mal preparada.”²⁸

Tal como refere Marielle Gros, será importante constatar que destes bairros, somente dois, foram construídos no centro do Porto; todos os outros bairros foram construídos na periferia da cidade, deslocando e desenraizando as populações face ao seu local de fixação residencial e relacional prévio. O desenvolvimento urbano traduz-se, então, de forma genérica, por um crescimento da população da periferia face ao centro. Esse crescimento urbano vai ser alimentado à custa da deslocação da população do centro para a periferia acentuando uma lógica de deslocalização e de subalternização destas populações do seu espaço próprio: “na realidade, só dois bairros foram reconstruídos na zona de demolição das «ilhas» (Bom Sucesso e Fernão de Magalhães), sendo interessante anotar o facto de que a brochura que apresenta o Plano de 1956 previa pelo menos seis, e que um número respeitável de imóveis haviam sido previstos num raio aproximado de dois Km a partir do centro da cidade.”²⁹

²⁷ Câmara Municipal do Porto/Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, *Plano de Melhoramentos*, 1956-66, Porto, Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, 1966, p. 5.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 21.

²⁹ Marielle Gros, *Op. Cit.*, pp. 210-211.

Sabemos hoje, de forma mais ou menos correcta, quais foram as consequências de tal deslocamento e que muitos desses bairros configuraram-se e configuraram-se como territórios segregados e marginais face à cidade no seu todo. Mesmo no quadro da implementação do Segundo Plano de Melhoramentos³⁰, a lógica de implantação urbana da habitação social continuou a ser a mesma, tendo-se efectivado a construção dos bairros de Francos, S. João de Deus, Aldoar, Lordelo, Corujeira, Lagarteiro, Falcão, Bom Pastor, Aleixo e Contumil. Assim, não deixa de estar em causa uma lógica política de estruturação do espaço urbano assente numa estratégia mais ou menos clara de especulação mobiliária e fundiária que teve na base “a experimentação de uma política de solos eficazes.”³¹

Segundo Abílio Cardoso, a tão amplamente difundida e referida «crise da habitação» está estreitamente relacionada com a óptica do consumo e não à produção de habitação, assim, “procura habitação, no sentido económico do termo, quem pode pagá-la; tem necessidade de habitação com determinadas características quem vive integrado numa sociedade com uma história.”³² Neste entendimento podemos concluir que a crise da habitação, ao invés do que tinha sido proclamado pelos poderes políticos, intensificou-se e agravou-se a partir do início dos anos 60, associada à intensificação dos processos de urbanização e industrialização na cidade. Neste contexto, a especulação fundiária e imobiliária aumentava de forma intensa, tendo também se consolidado um “mercado de habitação caracteristicamente dual: por um lado, um sector legal - predominantemente privado e especulativo - produzindo quase exclusivamente para o mercado de luxo, de oferta inacessível a 70% da população; por outro lado, um sector clandestino respondendo às necessidades económicas das populações com um certo grau de solvência.”³³ Estas novas formas e contornos da crise, evidenciavam as limitações da construção pública de habitação numa cidade cada vez mais assumida como pólo aglutinador de toda uma região. E “essas formas infra-humanas de habitação mostram assim constituir um problema estrutural da sociedade portuguesa. (...)” permanecendo “como questão de fundo a enorme distância entre os valores pedidos pelo mercado e as possibilidades económicas de um vasto sector da população.”³⁴

Uma das questões que mais relevo assume dentro deste quadro de intervenção do Estado na habitação social prende-se, por um lado com a sua ineficácia quantitativa, mas por outro e sobretudo, com a sua ineficácia qualitativa, pois, no quadro da implantação destes bairros camarários na cidade não foi conseguida a integração social de tecidos socialmente diferenciados na malha urbana, constituindo-se espaços segregados do ponto de vista social e físico. A segregação desses espaços atesta-se pela sua localização no tecido urbano ocasionando uma separação clara entre as diversas zonas residenciais e também pelas concepções e características arquitectónicas que estiveram na base da sua construção que levaram à proliferação de espaços residenciais idênticos, mal dimensionados, com carências estruturais do ponto de vista das infra-estruturas e dos espaços públicos.³⁵

³⁰ Segundo Maria Rodrigues, este Plano foi realizado em consonância com o Primeiro Plano e teve como objectivo “de construir mais 3000 habitações, em Dezembro de 1966 o Plano de Melhoramentos é prorrogado por um prazo de 5 anos. Em Dezembro de 1971, não tendo sido concluídos mais do que 1674 fogos, o prazo é novamente alargado. Em Abril de 1974 encontravam-se em fase de construção os bairros do Aleixo e de Contumil, que viriam a ser concluídos em 1975. Saldaram-se em 2750 habitações as realizações efectuadas ao abrigo deste programa iniciado em 1966.”, *Op. Cit.*, p. 29.

³¹ Tal como refere Abílio Cardoso, *De Ponte a Ponte: O Processo de Urbanização da Área Metropolitana do Porto desde os Anos Cinquenta*, Porto, CCRN, 1990, p. 26.

³² Abílio Cardoso, “Sobre o conceito de crise de habitação”, in Abílio Cardoso, *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, p. 109. (pp. 109-121)

³³ António Fonseca Ferreira, *Por uma Nova Política de Habitação*, p. 57.

³⁴ Nuno Teotónio Pereira, *Tempos, Lugares, Pessoas*, Lisboa, Ed. Público, 1997, p. 31.

³⁵ Marielle Gros, *Op. Cit.*, p. 207.

Dentro do primeiro vector de segregação apontado, e que se prende com a localização periférica e estigmatizante destes bairros, poderemos dizer, mais uma vez recorrendo a Marielle Gros que no caso dos “bairros do Cerco do Porto e de S. Roque da Lameira, por exemplo, para se chegar ao centro são precisos vinte a vinte e cinco minutos de autocarro, vinte e cinco a trinta de trolei...”³⁶ A deslocação dos habitantes para os bairros sociais acentuou e amplificou de forma notória os processos de marginalidade e de exclusão que eram vivenciados anteriormente nas «ilhas», havendo mesmo a apelidação de «novas ilhas».

A lógica de desenho e construção destes bairros baseia-se no imperativo de reduzir ao máximo os custos, sendo na verdadeira acepção da palavra «casas económicas». Esta concepção economicista da habitação vai de encontro também à própria génese de uma concepção ilusoriamente burguesa: “Não existe verdadeiramente cozinha mas sim um canto para cozinhar mais ou menos integrado na sala comum (...) ainda para limitar as despesas o quarto de banho e WC foram, durante muito tempo, reunidos: nos primeiros apartamentos, a pia destinada ao banho era intitulada «pia de múltiplas» funções, isto é, estava destinada também à lavagem da roupa.”³⁷

Em síntese, existem toda uma série de consequências vivenciais nestes espaços que se afiguram como estrangulamentos de ordenamento e de qualidade de vida urbana que podemos enunciar da seguinte forma: dificuldades de adaptação das populações face a uma tipologia de habitação e de implantação urbana que representa uma quebra na relação anteriormente mantida com a casa e com o espaço de sociabilidade que lhe era inerente; o sentimento de exclusão face ao centro da cidade; o sentimento de marginalidade e de desenraizamento face ao espaço urbano e um progressivo processo de auto e de hetero-estigmatização corroborado pela emergência de determinados estereótipos, tais como, «população desviante», «população carenciada», «população perigosa», entre outros. Desta forma, tornaram-se em “conjuntos de habitação social nas periferias urbanas (...) eis alguns dos redutos em que os níveis de capital económico, cultural, simbólico e relacional podem descer a limiares tão baixos que conduzam à anulação da própria possibilidade de gerar redes de sociabilidade com um mínimo de consistência ou então à emergência de sociabilidades regressivas, desviantes e acoçadas.”³⁸

Ainda hoje é notória uma certa incapacidade da cidade do Porto em responder à procura habitacional de segmentos populacionais ligados aos chamados estratos sociais mais desfavorecidos. Essa incapacidade deriva, articulada e conjugadamente, de três questões: a primeira centra-se nas debilidades da chamada provisão institucional de habitação de baixos custos e na forte selectividade da sua atribuição, a segunda, afere-se pela saturação das formas de habitação de baixos custos existentes, a terceira, finalmente, centra-se na difícil promoção de habitação por parte dos particulares. “Esta inibição da cidade do Porto em servir de suporte residencial a grupos sociais de baixos recursos não deixa de ter efeitos na diminuição da capacidade local de absorção demográfica, induzindo, em contrapartida, o desenvolvimento de práticas de descentralização residencial (...) suportadas pelos concelhos periféricos.”³⁹

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 211.

³⁷ Marielle Gros, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, p. 223.

³⁸ José Madureira Pinto, “A sociedade urbana”, in *Colóquio A Política das Cidades*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1997, p. 397.

³⁹ Isabel Breda Vásquez, “Crescimento urbano e suburbanização no grande Porto: uma perspectiva relacional”, in *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 115, 1992, p. 194.

QUADRO 1. Cronologia abreviada da Habitação Social no Porto

1864-1900	<ul style="list-style-type: none"> • Época de construção da maior parte das «ilhas» na cidade do Porto.
1899	<ul style="list-style-type: none"> • Início do processo de subscrição pública para a construção de <i>bairros operários</i> pela iniciativa privada do “O Comércio do Porto”, em terrenos cedidos pela Câmara de que são exemplos os bairros de Monte Pedral, de Lordelo do Ouro e das Antas.
1915-1919	<ul style="list-style-type: none"> • Começo da intervenção da autarquia no sector da chamada habitação social através da construção para venda de 191 alojamentos distribuídos por diversas <i>colónias operárias</i>, dentre as quais se salientam, as de Estevão de Vasconcelos, Antero de Quental, Viterbo de Campos e Dr. Manuel Laranjeira.
1918	<ul style="list-style-type: none"> • Edificação de alojamentos para classes sociais de baixos rendimentos (D. L. 4137 de 1918) de que é exemplificativo o Bairro Sidónio Pais.
1933	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Regime de Casas Económicas (D. L. 23052 de 1933), moradias de propriedade resolúvel, no Ilhéu, nas Condominhas, em Paranhos, em Ramalde, no Amial, na Marechal Gomes da Costa, em Costa Cabral, em S. Roque da Lameira e na Azenha.
1939	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção municipal no arrendamento de habitação social – Bloco Duque de Saldanha.
1940	<ul style="list-style-type: none"> • Início do Plano de Salubridade das «ilhas» da cidade.
1956-1966	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto que impulsionou a construção de 6072 fogos distribuídos pelos bairros de S. Roque da Lameira, da Agra do Amial, do Outeiro, do Engenheiro Arantes de Oliveira, da Fonte de Moura, do Regado, do Carrizal, do Carvalhido, da Pasteleira, do Cerco do Porto, de Fernão de Magalhães, do Bom Sucesso e de Pio XII.
1967-1976	<ul style="list-style-type: none"> • Dentro da mesma linha de actuação, procede-se à construção de 2421 fogos.
1977-1986	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de 1620 fogos.
1987-1997	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de 1820 fogos. • Lançamento do Programa Especial de Realojamento (D. L. 163/93 de 7 de Maio) prevendo-se a construção de mais 1356 fogos.

Fonte: Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil, Habitação Social no Porto, Porto, Câmara Municipal do Porto/Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil, 1999.